

ESTUDO SOBRE O ABORTO

14,5 % Das 2 mil mulheres entrevistadas admitiu já ter feito pelo menos um aborto	72,7 % Garantiu ter interrompido a gravidez até às 10 semanas	30 % Diz ter feito o primeiro aborto entre 17 e os 20 anos	46,1 % Não estava a usar qualquer método contraceptivo	27,9 % Não usava qualquer método contraceptivo, porque estava no "início de uma nova relação"	17,8 % Decidiu abortar porque era muito jovem	40,8 % Diz que tomar a decisão foi "muito difícil"	39,4 % Interrompeu a gravidez numa casa particular	72,5 % Obteve informações sobre o local de realização do aborto através de pessoas amigas	85,7 % Interrompeu a gravidez em Portugal
---	---	--	--	---	---	--	--	---	---

CERCA DE 350 MIL PORTUGUESAS JÁ TERÃO FEITO UM ABORTO

Os resultados do estudo da APF indicam que cerca de 350 mil mulheres em idade fértil já terão abortado em Portugal, onde o retrato do aborto clandestino mudou. O estudo já está a desencadear polémica entre as associações partidárias do "não" na despenalização do aborto

ALEXANDRA CAMPOS

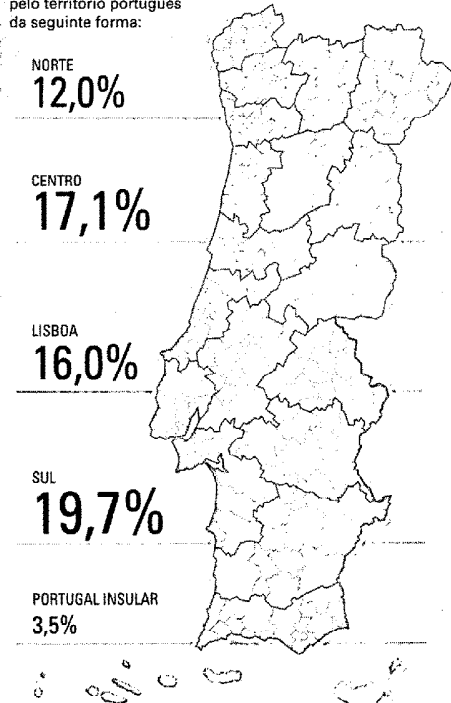
É o primeiro estudo de base científica que tenta traçar uma fotografia do fenómeno do aborto clandestino em Portugal. E permite perceber, sem margem para dúvidas, a dimensão do problema. Entre 346 e 363 mil mulheres em idade fértil já terão interrompido voluntariamente a gravidez e, só no ano passado, o número de abortos oscilou entre os 17.260 e os 18 mil, a crer nos resultados do trabalho promovido pela Associação Portuguesa para o Planeamento da Família (APF), que defende a despenalização da interrupção voluntária de gravidez (IVG).

Das duas mil mulheres inquiridas, 14,5 por cento admitiram já ter feito um aborto em algum momento da sua vida. Quando se restringe a pergunta ao universo daquelas que já engravidaram, porém, a percentagem das que afirmam ter interrompido a gravidez sobe para 20 por cento, ou seja, uma em cada cinco mulheres que engravidou em algum momento da sua vida fez um aborto. Mais de metade são mulheres até aos 24 anos, apesar de a percentagem na faixa etária entre os 25 e os 34 anos ter um peso significativo (35,6 por cento).

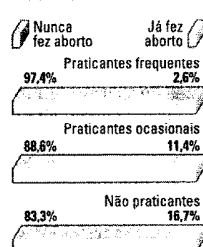
Mas os dados deste inquérito encomendado pela APF a uma empresa de estudos de mercado (a Consulmark) – e que hoje vai ser apresentado na Maternidade Alfredo da Costa (MAC), em Lisboa – permitem ir bem para além da crueza dos números.

A PRÁTICA DE ABORTO

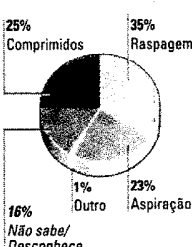
Fizeram interrupção voluntária da gravidez 14,5% das mulheres portuguesas, as quais se distribuem pelo território português da seguinte forma:



PRÁTICA DE ABORTO NA RELIGIÃO



CARACTERIZAÇÃO DO PRIMEIRO ABORTO

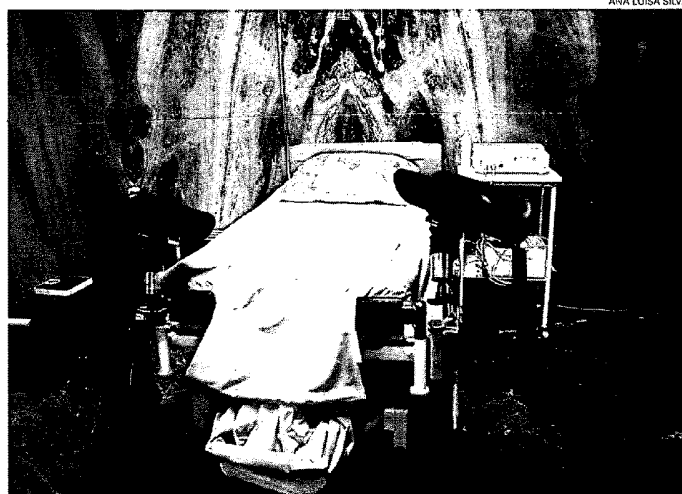


FICHA TÉCNICA

Entrevistas individuais, pessoais, conduzidas pela Consulmark Estudos de Mercado e Trabalho de Campo Lda junto de 2000 mulheres, com idades compreendidas entre os 18 e os 49 anos, residentes em Portugal e seleccionadas aleatoriamente (714 na região norte, 443, no Centro, 534 em Lisboa e Vale do Tejo, 143 no Alentejo e 75 no Algarve; 45 na Região Autónoma da Madeira e 46 nos Açores).

O bloco do questionário respeitante às práticas de aborto foi feito em autopreenchimento. O trabalho de campo decorreu entre 6 de Outubro e 10 de Novembro de 2006.

A margem de erro associada a este estudo, para um intervalo de confiança a 95 por cento, é de 2,2 por cento.



Este estudo da APF é representativo "para o todo nacional", diz o director executivo da associação

A "fotografia" que daqui resulta põe em causa tanto a "perspectiva neo-realista", daqueles que advogam que este fenómeno afecta sobretudo "as pobrezinhas e juvenzinhas", como a posição dos que defendem que este problema "não existe", conclui Duarte Vilar, director executivo da APF, sublinhando que "a amostra é representativa para o todo nacional". Os dados permitem perceber que "o perfil do aborto está a mudar" e que "hoje o circuito clandestino é mais seguro", acrescenta Maria José Alves, também da APF e obstetra da MAC.

Para Constantino Sakellerides, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e ex-director-geral da Saúde (que defende igualmente a despenalização do aborto), este trabalho é "muito interessante" não só porque permite concluir que a IVG "tem um peso importante na nossa sociedade", mas também porque torna evidente que as mulheres não tomam a decisão de abortar "com ligeireza" – a maior parte diz que a decisão foi "difícil" ou "difícilíssima". Os factores que determinam a interrupção da gravidez resultam de "um conjunto de circunstâncias que dificilmente são controladas" pelas mulheres, nota ainda. Perto de um quinto das mulheres que abortaram vivem sozinhas, não têm vida sexual estabilizada e isso é um factor-chave neste proces-

so, sublinha, acrescentando que em cerca de 17 por cento dos casos a decisão é tomada por rejeição da gravidez por parte do companheiro ou por pressões familiares. As razões invocadas são "sérias, não são caprichos", sintetiza.

Uma boa notícia é a de que a maior parte das mulheres inquiridas diz ter interrompido a gravidez apenas uma vez e quase dois terços afirmam tê-lo feito até às dez semanas de gestação. Isto significa que as mulheres "não têm a propensão para usar o aborto como método contraceptivo", resume Maria José Alves. "O primeiro aborto é quase sempre o último", corrobora Sakellerides.

E não há diferenças substanciais quando se olha para os níveis de instrução. Na opinião do ex-director-geral da Saúde, isso permite concluir que as circunstâncias que levam as mulheres a abortar atingem todos os níveis educacionais e, portanto, todos os estratos económicos. Sakellerides destaca ainda o facto de 20 por cento admitir ter tido complicações após o aborto, o que é muito. Apesar de o principal método utilizado ser a raspagem, há já muitas mulheres que interrompem a gravidez com comprimidos. No conjunto das que optaram por este último método, cerca de um terço afirma que se viu obrigada a recorrer a um hospital, por complicações subsequentes.

Associação de Famílias Numerosas faz queixa

Mas o estudo desencadeou polémica ainda antes de ser apresentado. A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas anunciou que vai apresentar uma queixa junto do Ministério da Saúde pela utilização da MAC para a apresentação de "uma acção sobre o aborto organizada por partidários do 'sim'". E lembrou que os dados oficiais mais recentes indicam que, em 2004, foram realizados 1426 internamentos em hospital por aborto clandestino. Constantino Sakellerides retorquiu que estes dados estão "seguramente subestimados" e que os estudos de base populacional, como da APF, "dão estimativas mais seguras".

"Estes números [do estudo da APF] são fantasiosos. É mais ou menos como perguntar ao Benfica quantos sócios tem", criticou Pedro Libano Monteiro, da Federação Portuguesa pela Vida, notando que a APF "lidera a rede para a promoção do aborto legal em Portugal" e, como tal, "não é uma entidade independente". Helena Roseta, a deputada socialista que propôs a realização de um estudo sobre o fenómeno do aborto clandestino na Assembleia da República (AR), tem uma opinião diferente. Para Roseta, a APF é "uma entidade idónea" e é "importante e de louvar" que tenha tomado esta iniciativa, depois de o trabalho da AR nunca ter saído do papel. ■

34,2%

Foram acompanhadas por marido ou companheiro e 28,5% por um familiar e 24,7% por pessoa amiga

64,1%

Não foi acompanhada pelo médico depois do aborto

93,5%

Diz que não ficou com problemas graves para a sua saúde após a interrupção de gravidez

70,2%

Afirma que não foi aconselhada sobre contraceção após o aborto

31,9%

Diz ter sentido "alívio", 28,5 por cento, "culpa" e 26,2 por cento "dúvida"

72,4%

Usava contraceptivo. 73,4 por cento usava pílula e apenas 10 por cento optavam pelo preservativo

14,4%

Já tinha usado "pílula do dia seguinte". Entre os 18 e os 24 anos esta percentagem duplica (29,6%).

74,3%

Costuma ir a consultas de ginecologia ou planeamento familiar. 53,2% recorre aos centros de saúde

62,4%

Acha que a actual legislação devia ser mais alargada

56,5%

Vai votar a favor da despenalização; 22,4 por cento vai votar contra e 21,1 por cento não vai votar

“É natural que estes números sejam pequenos por defeito”

ENTREVISTA COM
DUARTE VILAR

Os dados do estudo indicam que são as mulheres mais religiosas que interrompem a gravidez mais tarde. Isso acontece porque “acabam por hesitar mais”, explica o director executivo da APF, Duarte Vilar.

Por Alexandra Campos

Sublinhando que “é natural que os números” sobre aborto apurados no estudo promovido pela Associação para o Planeamento da Família (APF) “pequenos por defeito”, Duarte Vilar afirma que a maior parte das gravidezes não desejadas ocorrem por descuido, ou então quando as mulheres se encontram em períodos de transição.

PÚBLICO – Ficou surpreendido com a extensão do fenómeno do aborto clandestino que o estudo revela?

DUARTE VILAR – Não. É preciso notar que, num país em que o aborto provocado é ilegal, poderá haver aqui até um nível de subdeclaração. É natural que estes números sejam pequenos por defeito, acho que poderá chegar ao meio milhão de mulheres. Mesmo em países em que o aborto é legal, algumas mulheres omitem que interromperam a gravidez. De qualquer forma, o número apro-

xima-se das projecções que têm sido feitas aplicando a taxa de aborto em Espanha a Portugal.

Qual foi, então, o dado mais inesperado?

Há um dado muito interessante. Se se cruzarem os números, percebe-se que são as mulheres com maior religiosidade que fazem abortos mais tarde. E isto acontece porque acabam por hesitar mais. (Quanto às mulheres em geral), a maior parte das gravidezes não desejadas ocorrem sobretudo por descuido ou então em situações de transição – ou as mulheres tinham

tido um filho há pouco tempo, ou iniciaram uma nova relação, ou não tinham parceiro fixo. São, aliás, as mulheres casadas que fazem menos abortos.

A fotografia que o estudo dá é, em suma, a de mulheres a quem aconteceu um acidente. Já não estamos perante aquele cenário em que são as mulheres pobres e jovens que abortam, porque não têm condições. Os dados provam que, tendo em conta a escolaridade, não há diferenças: tanto aborta uma

mulher com um curso universitário, como uma mulher com o ensino básico.

A percentagem de mulheres que diz que não vai votar no referendo ainda é elevada (cerca de 20 por cento). Por que razão isto acontece? E por que motivo decidiram avançar nesta altura para um estudo desta natureza?

Se calhar porque pensam que o referendo não serve para nada. Há gente que acha que este problema devia ser resolvido pelo Parlamento. Fizemos este estudo porque não havia dados fiáveis sobre o aborto e porque arranjámos dinheiro (cerca de 50 mil euros) para o fazer. O estudo serve para definir os contornos do problema com mais rigor e para ajudar a definir intervenções subsequentes, nomeadamente a de saber-se que medidas devem ser tomadas para evitar tantas gravidezes indesejadas. ■

AR “reaprecia” interesse em realizar estudo

A Assembleia da República (AR) está ainda a ponderar se pretende avançar com a realização do estudo sobre o aborto clandestino em Portugal, proposto por Helena Roseta e Francisco Assis há quatro anos. “Estamos a reapreciar a necessidade do estudo, tendo em conta que o referendo já está marcado. Trata-se de saber se no contexto actual ainda se justifica que o estudo seja realizado”, afirmou ao PÚBLICO Adelina Sá Carvalho, secretária-geral da AR.

A verba destinada a este trabalho consta do orçamento da AR para 2007 (tal como aconteceu no orçamento para este ano), porque o Parlamento “ainda não tem uma decisão definitiva” sobre o assunto. Esta fase de “reapreciação”, prosseguiu a responsável, baseada-se nas previsões de que o “estudo complexo” não “estará concluído antes de 2008”.

As declarações de Adelina Sá Carvalho não confirmam aquilo que o presidente da AR, Jaime Gama, afirmou há cerca de dois meses. Questionado sobre a ausência de informações sobre a matéria, Gama explicou que o estudo proposto pelos socialistas não tinha agora interesse, atendendo ao processo de convocação do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Também José Lello, presidente do conselho de administração da AR, tem a mesma opinião. “Deixou de haver necessidade de realizar o estudo” com a convocação do referendo para 11 de Fevereiro, disse ao PÚBLICO.

No Verão passado, a Comissão parlamentar de Saúde, então presidida por Rui Cunha, reafirmou a Gama o interesse de avançar com o estudo. Mas esta intenção não obteve resposta. A AR nunca chegou a abrir o concurso público europeu para a adjudicação do trabalho.

Um percurso atribulado

Em 2002, Roseta e Assis entregaram na AR um projecto de resolução que solicitava ao Parlamento a realização de um estudo sobre o aborto clandestino em Portugal, averiguando também o cumprimento da actual legislação. Volvidos quatro anos, e depois de algumas alterações, impasses e morosidades, o trabalho não foi além da estimativa dos seus custos (800 mil euros, segundo o caderno de encargos feito pelo Instituto Superior de Economia e Gestão).

A aprovação do projecto de resolução pela maioria parlamentar PSD-CDS não foi feita sem acolher alterações nos objectivos iniciais. Roseta e Assis traçam como objectos de estudo a evolução do aborto clandestino desde o referendo de 1998, o número de abortos praticados nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde e um quadro sobre as complicações de saúde resultantes de abortos clandestinos. O estudo devia ainda englobar o número de casos de violação da lei investigados pelas autoridades policiais e a quantidade de processos remetidos para os tribunais. PSD e CDS apresentaram condições para votar favoravelmente: exigiram que a investigação verificasse o cumprimento da lei sobre planeamento familiar e saúde materno-infantil.

No início de 2004, a Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais adjudicou ao ISEG a tarefa de determinar o valor e o caderno de encargos do estudo. No final desse ano, o ISEG reduziu o valor base que tinha apresentado no primeiro relatório (um milhão e quinhentos mil euros) e propôs uma estimativa de 800 mil euros. Mas a dissolução do Parlamento e a convocação de novas eleições remeteram o projecto para a sombra.

Só em Julho do ano passado a proposta foi resgatada pela Comissão de Saúde, tendo Jaime Gama questionado o interesse de avançar com a ideia (argumentou com a promessa eleitoral do PS de realizar o referendo e com o facto de o projecto ter nascido numa outra legislatura e noutras circunstâncias).

A comissão respondeu que a investigação, inédita em Portugal, devia realizar-se independentemente do timing do referendo. Fica por saber o timing da “reapreciação” da AR. ■ MARIA JOSÉ OLIVEIRA

ADRIANO MIRANDA



Tanto abortam mulheres com o ensino básico, como com o superior

Criada nova linha telefónica de ajuda

A partir de amanhã, as mulheres passam a ter à sua disposição uma linha telefónica de ajuda sobre gravidez não desejada e acompanhamento contraceptivo. A Linha Opções, que hoje também vai ser apresentada pela Associação para o Planeamento da Família, funcionará de segunda a sexta-feira, das 12h00 às 19h00. O número é o 707 200 249.

Segundo Duarte Vilar, a Linha Opções, que se propõe auxiliar mulheres em situação de pré e pós-aborto, é a única deste tipo

a funcionar em Portugal, depois de uma iniciativa semelhante promovida UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta) ter acabado.

A APF está, para este efeito, a constituir uma base de dados com todos os hospitais públicos e clínicas privadas que em Portugal e no estrangeiro fazem interrupções de gravidez ao abrigo da lei, de forma a poder encaminhar as mulheres, disse. Mas será dada prioridade à resposta nos hospitais públicos. Por exemplo, para uma mulher

que telefone do Algarve, serão identificadas as várias alternativas, começando pelos hospitais públicos da região e passando de seguida para as clínicas que fazem IVG do outro lado da fronteira.

A linha prestará ainda apoio ao nível de tomada de decisão. Confrontadas com uma gravidez indesejada, “as mulheres sentem-se por vezes muito sozinhas, temem até falar com o seu médico assistente ou seu parceiro”, explica Elisabete Souto, responsável pela linha. A.C.

ID: 15625267	Público	Tiragem: 60923	Página: 1	■
Data: 13-12-2006		Pais: Portugal Âmbito: Informação Geral Perid.: Diária	Cores: Preto e Branco Área: 6,84X5,72 cm2 Corte: 3 de 3	

DESTAQUE

Cerca de 350 mil
portuguesas já terão
feito um aborto

É o primeiro estudo que tenta traçar uma fotografia do aborto clandestino em Portugal: entre 346 mil e 363 mil mulheres em idade fértil já terão interrompido voluntariamente a gravidez.